

Economia - Brasil Acordo com FMI divide opiniões

BRASÍLIA E RIO – O novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não é suficiente para livrar o Brasil dos efeitos de um eventual agravamento da crise na Argentina: os US\$ 15 bilhões de ajuda podem ser torrados em poucos dias, em caso de o país vizinho quebrar. Mas se isso não ocorrer, o acordo dará tranquilidade ao mercado, que recebeu bem a flexibilização da meta de inflação pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) para este ano, de 4% – podendo chegar a 6% – para 7,8%.

“O acordo foi positivo, necessário, mas não suficiente”, afirmou Lauro Vieira de Farias, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Se as condições externas forem desfavoráveis, disse ele, o dinheiro do FMI não significará nada diante do tamanho da dívida externa pública e privada, de quase US\$ 400 bilhões.

Outro ângulo – José Roberto Aoki, economista-chefe do Banco Sudameris Investimentos, prefere olhar a questão por outro ângulo. Diz que os US\$ 5 bilhões que sobrarão das reservas internacionais, mais o reforço de US\$ 15 bilhões, cobrem o rombo do déficit em conta corrente para 2002.

Luis Fernando Cezário, do ABN Amro Asset Management, assinala que a folga de recursos que o Brasil vai ter para atuar no câmbio, melhora as expectativas do mercado financeiro. O economista Fábio Giambiagi, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) defende maior ajuda do FMI à Argentina para evitar que o Brasil seja contaminado pela crise do país vizinho.

Poder – Mas o economista Gustavo Moraes, do Banco Interamerican Express, acha que com o novo acordo o Banco Central ganhou maior poder de intervenção no mercado de câmbio em caso de quebra da Argentina. Ele admite, porém, que enquanto não for resol-

vido o problema da Argentina os bancos não venderão os dólares que mantêm em carteira. Mas a volatilidade do mercado diminuirá.

Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, ao contrário, destaca que, com mais este acordo, o Brasil caminha a passos largos para a mesma situação da Argentina, com inflação, recessão, altos níveis de desemprego e perda da confiança dos investidores.

Situação delicada – Segundo Munhoz o país está numa situação delicada: tem prestações da dívida externa a vencer, de US\$ 40 bilhões por ano, mais déficit na balança de pagamento de US\$ 30 bilhões, e outros US\$ 60 bilhões que entraram no Brasil podem sair porque são especulativos. “O país precisa de dólares e desenvolvimento econômico para pagar isso. Os investidores estão retraídos e o país em recessão. E os novos recursos do Fundo não resolvem agora e ainda se tornarão uma nova dívida”.

Guido Mantega, economista do Partido dos Trabalhadores (PT), diz que o excedente das reservas internacionais e o reforço financeiro do FMI não aumentam o poder de fogo do Banco Central, caso a Argentina decreta a moratória. Ele acha que, já que foi feito novo acordo, o BC deveria exigir artilharia mais pesada. “Até mesmo o Malan admitiu que esse valores não nos isenta de bruscas oscilações”, avaliou.

Bom tamanho – Apesar das ressalvas, o economista do BNDES, diz que o acordo foi positivo. “Ficou de bom tamanho para o Brasil”, diz Giambiagi. A elevação do teto da inflação para este ano também agradou: “O aumento da meta da inflação dá um pouco mais de fôlego para a economia crescer”, afirmou Cornélia Nogueira Porto, responsável do ICV (índice de custo de vida) no Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos).

*Brasil
10/08/01
Jornal do Brasil*